

A práxis do desenvolvimento no Sul Global

Vivemos em um período de transição. A ordem neoliberal que reorganizou a produção e o pensamento globais a partir da década de 1980 perdeu sua legitimidade, mesmo entre seus próprios arquitetos. O Consenso de Washington – austeridade fiscal, liberalização comercial, privatização, subordinação do Estado à “disciplina” do mercado – foi repudiado não apenas pelas estatísticas de estagnação em toda a África e América Latina, mas pelo comportamento do próprio Norte Global, que agora busca, abertamente, políticas industriais e protecionismo, ao mesmo tempo que proíbe isso ao Sul Global.

No entanto, é precisamente essa transição que torna o momento atual tão perigoso: a velha ordem se deteriora sem morrer, e a nova ordem ainda não pode nascer. O Sul Global passa por uma conjuntura em que as regras do jogo estão sendo reescritas pelas mesmas potências que as escreveram da primeira vez – só que agora com instrumentos abertamente coercitivos, desde “tarifas recíprocas” passando por novos tratados desiguais, até sanções e estratégias de decapitação.

É a partir dessa conjuntura que os quatro textos desta edição da *Wenhua Zongheng* devem ser lidos. Em conjunto, eles constituem uma contribuição chinesa emergente para a teoria e a prática da modernização no Sul Global. O fio condutor que os une não é cultural nem ideológico no sentido estrito. É nitidamente material: cada texto se ocupa da questão concreta de como os Estados constroem capacidade produtiva, garantem as condições de sua própria reprodução e resistem à subordinação a uma ordem internacional projetada para seu subdesenvolvimento permanente.

O artigo de Qin Beichen e Jing Jun, “Construindo uma nova teoria do desenvolvimento a partir do Sul Global”, fornece a estrutura teórica desta edição. Eles demonstram que o Consenso de Washington nunca foi apenas um conjunto de prescrições econômicas; foi uma formação ideológica que conseguiu confundir a liberdade do capital com a própria liberdade, deslegitimando qualquer ação estatal que ameaçasse as margens de lucro das corporações multinacionais, ao mesmo tempo que transformava as instituições internacionais — o FMI, o Banco Mundial e os mecanismos de resolução de disputas incorporados aos acordos comerciais — em armas contra as estratégias de desenvolvimento autônomo do Sul. As consequências estão documentadas com precisão: desindustrialização prematura em toda a África e América Latina, a concentração de força de trabalho em setores de serviços de baixa produtividade, o esvaziamento da capacidade estatal e o bloqueio do caminho histórico que todas as economias atualmente industrializadas de fato seguiram. Os autores insistem, com razão, que isso não foi um fracasso do neoliberalismo, mas sua conquista — o subdesenvolvimento sistemático dos países periféricos é a pré-condição, não o subproduto infeliz, da acumulação dos países do centro.

O que é especialmente valioso na contribuição de Qin e Jing é a identificação dos três obstáculos estruturais ao *catch up* pós-neoliberal: as tendências de economia de mão de obra da tecnologia digital na manufatura; o

domínio oligopólico das corporações multinacionais sobre ativos intangíveis (patentes, dados, valor da marca, protocolos da cadeia de suprimentos); e a intensificação da competição geopolítica entre grandes potências que comprime o espaço político disponível para os governos do Sul. Essas não são crises separadas, mas um sistema unificado de restrições. A tarefa que eles definem para o Sul Global é, portanto, ambiciosa: não a correção dos excessos neoliberais dentro de uma estrutura existente, mas a construção de um paradigma teórico inteiramente novo, enraizado na experiência do Sul, centrado na produção e no emprego em vez da eficiência de troca, e honesto quanto ao papel constitutivo do Estado em qualquer industrialização historicamente bem-sucedida.

É precisamente essa exigência teórica — por uma explicação fundamentada e concreta de como os Estados desenvolvem as forças produtivas — que o artigo de Li Xiang, “China e a eletrificação do Sul Global: o caso do Paquistão”, tenta responder no plano prático. O Paquistão não é um estudo de caso abstrato, mas um local de diagnóstico. Aqui, a herança colonial é excepcionalmente visível: o investimento britânico em infraestrutura foi projetado de maneira explícita para conectar portos a bacias de matérias-primas, em vez de construir uma economia interna integrada. As ferrovias que fizeram da Índia Britânica a quarta maior rede ferroviária do mundo eram corredores comerciais coloniais, não infraestrutura de desenvolvimento nacional. O Paquistão herdou essa lógica de ponto a linha, incluindo suas consequências políticas — uma rede elétrica que concentra a distribuição nas grandes cidades e centros militares, deixando as regiões periféricas mal atendidas.

A contribuição da experiência e capacidades chinesas nessa situação não é apenas eletricidade, mas a reorganização material das relações entre Estado e sociedade. Li Xiang é mais perspicaz quando distingue entre “poder despótico” e “poder infraestrutural” — o primeiro caracterizando a autoridade hierárquica de cima para baixo, o segundo a penetração em rede e negociada do Estado na sociedade no âmbito do lar e da aldeia. Grandes barragens e usinas hidrelétricas personificam o poder despótico; redes elétricas e, acima de tudo, sistemas fotovoltaicos distribuídos, constituem o poder infraestrutural. Painéis fotovoltaicos estão agora substituindo geradores a diesel nos assentamentos informais de Lahore, permitindo que agricultores façam os sistemas de irrigação com painéis solares e disponibilizando microrredes independentes da rede elétrica para comunidades ignoradas pelos serviços formais de eletricidade. Tal constatação não se reduz apenas à questão de energia limpa, mas diz respeito também à expansão material da capacidade do Estado a partir de baixo, à extensão do alcance infraestrutural do Estado paquistanês para espaços sociais que o colonialismo deliberadamente deixou desintegrados.

A lição estratégica aqui se generaliza de forma poderosa. A combinação de infraestrutura centralizada em grande escala (que concentra o poder do Estado e impulsiona a demanda industrial) com tecnologia distribuída de forma descentralizada (que democratiza o acesso e constrói o tecido social do desenvolvimento) oferece um modelo de duas vertentes para a construção da capacidade do Estado que se aplica diretamente às condições fragmentadas, herança colonial, de grande parte da África Subsaariana, do Sul e Sudeste Asiático e de partes da América Latina. O corredor econômico China-Paquistão é, nesta perspectiva, não apenas uma relação de investimento bilateral, mas um laboratório para um novo modo de cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul, que visa explicitamente fortalecer a capacidade estatal em vez de a corroer, como as condicionalidades dos empréstimos multilaterais do Norte têm feito historicamente.

O artigo de Feng Chao, “A Indústria da Rota da Seda: um caminho alternativo para a globalização”, examina uma dimensão complementar da mesma questão: a arquitetura da produção industrial e não a infraestrutura energética. O modelo de “indústria manufatureira da Rota da Seda” que Feng propõe — empresas chinesas construindo redes de manufatura transnacionais no Vietnã por meio de investimento estrangeiro direto,

transferência de tecnologia e integração da cadeia industrial – é apresentado como uma resposta à crise da desglobalização e à tentativa sistemática dos Estados Unidos de usar a hegemonia tecnológica, regimes de propriedade intelectual e barreiras tarifárias para congelar o desenvolvimento industrial da China. Essas medidas comerciais de modo algum são neutras. Elas São instrumentos de contenção hiperimperialista, concebidos para impedir o surgimento de redes de produção transnacionais que poderiam oferecer aos países do Sul uma alternativa à dependência das cadeias de valor corporativas do Norte.

A contribuição mais significativa de Feng é o conceito de “país de origem móvel” – a ideia de que as empresas chinesas podem construir ecossistemas profundamente localizados no Vietnã (e, por extensão, em toda a ASEAN e além), alcançando genuína agregação de valor, transferência de tecnologia, desenvolvimento da força de trabalho e modernização industrial, em vez de simplesmente realocar a montagem intensiva em mão de obra para explorar a arbitragem tarifária. O argumento é que a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) pode funcionar como uma estrutura para uma integração produtiva genuína, que atenda às estratégias de industrialização dos países receptores, em vez de subordiná-los às demandas de exportação do país investidor.

A questão de saber se a expansão industrial chinesa no Vietnã e em outros lugares reproduz a lógica extrativista de ondas anteriores de investimento estrangeiro, ou se transfere genuinamente capacidade produtiva e tecnológica para as economias anfitriãs, é precisamente a questão que distingue a cooperação Sul-Sul de uma nova variante de dependência. A resposta de Feng não é conclusiva, mas o quadro analítico que ele oferece — centrado na profundidade da localização, nos índices de valor agregado interno, no desenvolvimento da força de trabalho e no cultivo de *clusters* de fornecimento enraizados localmente — fornece os critérios pelos quais o caráter progressivo ou regressivo de qualquer relação de investimento específica pode ser avaliado. Para movimentos e governos em todo o Sul Global, isso é de grande valor prático.

Por fim, a resenha de Wang Li sobre a biografia intelectual de Qiu Shijie sobre o economista taiwanês Liu Shinkei lança luz à profundidade histórica desses debates de maneira inesperada. A trajetória intelectual de Liu — desde as teorias marxistas japonesas da “não transição”, passando por encontros com a teoria da dependência e a análise sistema-mundo, e, por fim, de volta à teoria do desenvolvimento endógeno e ao nacionalismo econômico — não é meramente um episódio na história das ideias. É um mapa condensado dos dilemas teóricos ainda presentes no Sul Global. O que Wang Li recupera dessa trajetória é a própria tensão produtiva: a insistência de que compreender qualquer economia específica requer tanto o rigor da análise de classes interna quanto a honestidade sobre sua integração em um sistema mundial estruturalmente desigual. Nem o endogenismo nem a teoria do sistema-mundo, isoladamente, são suficientes. A síntese dialética — uma teoria de como as forças de classe endógenas interagem com as estruturas da acumulação global — continua sendo o projeto inacabado.

Em todos os textos desta edição surge um argumento convergente com crescente clareza. A construção de uma nova teoria do desenvolvimento para o Sul Global requer, simultaneamente: uma ruptura teórica com os marcos epistêmicos do Norte que naturalizam a subordinação dos Estados do Sul; o uso ativo do poder estatal para desenvolver forças produtivas, com a indústria manufatureira no centro; o uso estratégico da cooperação Sul-Sul como veículo para construir capacidade estatal, em vez de criar nova dependência; e a recuperação das tradições intelectuais do próprio Sul Global, como recursos para uma teoria do desenvolvimento genuinamente do Sul.

Os textos aqui reunidos não oferecem um programa completo. Mas apresentam as ferramentas para refletir sobre o problema em toda a sua complexidade. Independente de se a questão é a desideologização teórica da

economia do desenvolvimento; se é a relação entre grandes infraestruturas e a capacidade estatal; se é as condições sob as quais a cooperação industrial transnacional contribui ou prejudica o desenvolvimento do país anfitrião, ou se a longa história do marxismo com o problema do desenvolvimento tardio — os autores desta edição estão empenhados na construção de um patrimônio teórico comum que pertence, por direito de experiência e necessidade, ao Sul Global.